

Estudo Técnico Preliminar 21/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 08361.001719/2021-11

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa de engenharia especializada, pelo período de 12 (doze meses), podendo ser prorrogada nos termos da lei, a critério da administração, para realizar manutenção predial de forma preventiva e corretiva no prédio da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá, na Delegacia de Polícia Federal no Oiapoque, nas dependências da Polícia Federal no Aeroporto Internacional de Macapá, no GEPOM, no Posto da Polícia Federal na Ponte Binacional e, eventualmente, em outros imóveis que venham a ser locados ou cedidos, utilizados pela Polícia Federal no Estado do Amapá, com o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários à completa execução dos serviços.

A contratação de empresa especializada e habilitada para prestação de serviços de manutenção predial é fundamental para a conservação e funcionamento de todos os imóveis e anexos da Polícia Federal no estado do Amapá.

O contrato em questão é de extrema importância para o órgão, uma vez que a Polícia Federal não dispõe, no seu quadro de pessoal, de servidores especializados para executar os diversos serviços demandados pela manutenção predial, além do fato de que tais atividades não constituem objeto da instituição.

Tendo em vista que há fatores diversos que influenciam na preservação da edificação, fatores esses que vão desde o envelhecimento natural até a deterioração por acidentes, acompanhados pela dinâmica crescente de modernização e desenvolvimento tecnológico, e considerando-se também as necessidades dos usuários, é necessária a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial, garantindo a disponibilidade e o desempenho dos equipamentos e dos sistemas prediais através de serviços de reparos, avaliações de funcionamento, limpeza e substituição de componentes, entre outros, com a finalidade de resguardar-se de interrupções não previstas nas atividades deste órgão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SR/PF/AP	LUIZ LOPES JUNIOR

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa deverá, para fins de comprovação de qualificação técnica na fase da habilitação, apresentar declaração indicando possuir profissional de nível superior: Engenheiro Civil, registrado no CREA, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica emitido pelo CREA, de características semelhantes ao objeto desta licitação devendo constar nome, CPF e número de registro na entidade profissional competente;

A CONTRATADA deverá apresentar os documentos referentes ao registro ou à inscrição da LICITANTE na entidade profissional competente (CREA), em plena validade, comprovando estar apta ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente Licitação, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

A contratação irá abranger a inspeção e reparos de elementos estruturais aparentes, sistemas de vedação externos e internos, revestimentos (incluindo as fachadas), esquadrias, sistema de cobertura (telhados, rufos e calhas), impermeabilização, instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, geradores, sistema de combate a incêndio, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, acessibilidade, conserto de máquinas, equipamentos e móveis.

Permitir que os serviços sejam executados dentro do horário de funcionamento do órgão. Desta forma, será necessário que as chaves do ambiente estejam disponíveis na portaria ou o servidor usuário faça-se presente no dia e horário agendados para a realização dos serviços.

Os serviços referentes à contratação em questão se enquadram como serviços continuados e comuns, pois a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e sua contratação pode-se estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente;

A contratação dos serviços pleiteados deverá ter vigência de 12 meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses desde que obedecidas as diretrizes do Anexo IX da IN/MPOG 05/2017.

Lei nº 14.133/21 ou Lei 8.666/93; IN 05/2017 MPDG, Decreto 2271/97, Decreto nº 5.452 (CLT), Convenção Coletiva de Trabalho CE000329/2018.

A empresa deve possuir carta de recomendação de pelo menos um órgão público no qual já tenha prestado o mesmo tipo de serviço;

A empresa deve indicar preposto ou prepostos, com telefones fixos e móveis, visando atender ao chamado dos responsáveis ou fiscais do contrato a ser firmado;

A empresa deve fornecer todo material necessário, bem como equipamentos e ferramental adequados ao porte do serviço, além da mão de obra qualificada;

Para o quantitativo de material/serviços a serem fornecidos, serão utilizados os coeficientes de insumos/composição de preços (caso não haja especificamente) na tabela SINAPI.

5. Levantamento de Mercado

Atualmente, apesar de desafiador, há no mercado do estado do Amapá muitas empresas de engenharia habilitadas para a realização dos serviços.

Também por este motivo o melhor e mais justo meio de contratação do ponto de vista da economicidade, eficácia, eficiência e padronização é pela modalidade de pregão eletrônico.

Deve-se levar em consideração o caráter aberto da contratação pois há muitas empresas do ramo nesta região, isto garantirá a eficiência e a honestidade da contratação.

Este tipo de prestação de serviço é usual nas diversas unidades da Polícia Federal em todo o Brasil.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação será realizada através de pregão eletrônico, dividido em dois itens, classificado como serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra.

O item 1 será composto por serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, com a disponibilização de postos fixos de trabalho, compreendendo 1 (um) Técnico em Eletrotécnica e 1 (um) Auxiliar de Manutenção Predial.

O item 2 será composto por fornecimento de peças, materiais, insumos e equipamentos, cujos custos serão baseados na tabela SINAPI.

Para o item 1 o custo mensal será fixo, já em relação ao item 2 os insumos serão faturados e pagos mensalmente de acordo com o quantitativo efetivamente utilizado no período de referência, aplicando-se o percentual de desconto e acrescentando o BDI correspondente, diretamente nos custos unitários constantes da tabela SINAPI, conforme ofertados pelo licitante em sua proposta, não cabendo qualquer pagamento pela Contratante por insumos ou serviços estimados em ordens de serviço, mas não efetivados na sua execução.

A contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

A empresa contratada será responsável pelo monitoramento de todas as atividades relativas à gerência da mão de obra, inspeção, verificação, registro do estado das instalações e equipamentos, incluindo suas grandezas físicas de interesse para a manutenção; auxílio à CONTRATANTE no controle dos demais prestadores de serviço indicados neste documento ou que vierem a ser contratados, cuja atuação esteja relacionada com a gestão predial; elaboração de planos, rotinas e estudos; revisão e aperfeiçoamento de rotinas; ponto de controle entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA; e demais atividades de nível de complexidade elevada (engenharia e técnico). O Monitoramento deverá auxiliar a fiscalização da SR/PF/AP na sua atividade de acompanhamento de todas as instalações.

Ficarão também a cargo da contratada todas as atividades relativas à necessidade de acompanhamento, reposições, consertos, adaptações, lubrificação, limpeza, etc, de maneira programada ou não, de forma a garantir a continuidade do serviço e funcionamento das máquinas, equipamentos e instalações, visando a melhor utilização dos recursos, preservação do patrimônio e atendimento aos usuários.

A CONTRATADA será responsável pela qualificação profissional dos colaboradores que ocuparão os postos de trabalho, conforme exigência deste documento, ficando a seu cargo também o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, uniformes e ferramentas em qualidade e quantidade suficientes para a adequada realização das tarefas.

Poderá, esporadicamente, haver a necessidade de atendimento de algum chamado realizado pela contratada em final de semana ou feriado.

Devidamente comprovada a necessidade de substituição de peças, equipamentos e/ou utilização de materiais de reposição, antes de a contratada fornecer o item demandado, o fiscal do contrato deverá se pronunciar autorizando ou não a compra, mediante apresentação de orçamento detalhado dos itens a serem substituídos.

Em relação aos serviços eventuais, deverão ser informados a mão de obra que será empregada na execução da tarefa e os materiais que serão demandados na sua realização.

Caso o item demandado não conste na tabela SINAPI, a CONTRATADA deverá apresentar 3 (três) orçamentos precificando o respectivo material e/ou serviço, sendo que o valor a ser considerado deverá ser o menor, ao qual será aplicado o desconto ofertado e o BDI constantes da proposta de preço da contratada.

Deverá ser justificada pelo fiscal do contrato a autorização para compra de algum item com menos de 3 (três) pesquisas de preços.

A Administração poderá oferecer contraposta em relação ao menor preço obtido pela CONTRATADA.

A CONTRATADA sempre deverá dar preferência, na hora da aquisição, para materiais considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

Serviços não mencionados neste estudo técnico, de difícil previsão e de ocorrência esporádica, poderão ser subcontratados pela contratada, desde que a empresa subcontratada atenda às mesmas exigências estipuladas no edital e seus anexos, havendo também a necessidade de autorização do órgão licitante.

A subcontratação poderá ser de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

Os materiais, equipamentos e ferramental, constantes da relação levantada pelo órgão licitante, serão disponibilizados pela Contratada tanto na prestação dos serviços contínuos com emprego de mão de obra residente quanto dos serviços eventuais que poderão ser demandados, sem ônus adicional para a Contratante, face ao fato dos respectivos custos já comporem uma parcela dos valores referentes à mão de obra para a execução dos serviços.

A lista de materiais, equipamentos e ferramental levantada pela SR/PF/AP não é exaustiva. A Contratada estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros equipamentos, instrumentos e ferramental básicos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto desta contratação.

Por se tratar de um órgão policial, no início da execução, a CONTRATADA deverá encaminhar lista de todos os funcionários que atuarão nos postos fixos, contendo cópia de documento de identidade e documentos que comprovem a habilitação técnica do profissional. A CONTRATANTE realizará pesquisa social interna, bem como avaliação da qualificação, podendo demandar a substituição do(s) funcionário(s), caso encontre algo que desabone sua presença nos ambientes de segurança.

A CONTRATANTE poderá solicitar documentação de funcionário a qualquer tempo, durante a execução do contrato, para análise.

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente, com antecedência mínima de 20 dias corridos, qualquer alteração nos postos de trabalho. Ficam excluídas as hipóteses que por sua natureza não permitam o comunicado tempestivo, como atestados médicos ou demissão por justa causa.

De forma resumida, o contrato será executado da seguinte forma:

Equipe Fixa: Executará serviços de manutenção elétrica, hidráulica, sanitária, carpintaria, alvenaria, impermeabilização, revestimento, substituindo, trocando, limpando, lubrificando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Executará as manutenções preventivas e corretivas em todos os equipamentos, verificando as ações necessárias ao cumprimento do objeto do contrato, executando as rotinas de manutenção, conforme Plano de Manutenção Predial a ser elaborado pela empresa contratada, seguindo as diretrizes que serão estipuladas no Termo de Referência. Deverão repassar todas as informações sobre a execução dos serviços ao Preposto, que é o responsável pela confecção de relatórios, gestão da equipe, elaboração de orçamentos, laudos, planejamento dos serviços, cronogramas e supervisão da execução dos serviços em que se fizer necessária a presença do respectivo profissional. O Preposto e o Fiscal do Contrato organizarão as prioridades das ordens de serviço de manutenção corretiva, assim como analisarão o tempo de serviço e gastos de materiais para criação de estatística que auxiliarão na organização das manutenções preventivas e preditivas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A prestação do serviço será integral 24 horas por dia, 07 dias por semana de maneira emergencial para todos os imóveis e locais em uso por esta descentralizada. Será prestado em horário comercial (08:00hs às 12:00hs e de 14:00hs às 18:00hs) de segunda a sexta-feira e nos sábados das 08:00hs às 12:00hs para todos os imóveis e locais em uso por esta descentralizada por um período de 12(doze) meses.

A quantidade de postos relacionada no quadro abaixo é a mesma da contratação anterior que durante seu tempo de vigência demonstrou-se compatível com a demanda.

Técnico em Eletrotécnica	01
Auxiliar de Manutenção Predial	01

8. Estimativa do Valor da Contratação

Os preços de referência de materiais e serviços são obtidos do SISTEMA SINAPI CAIXA referente ao período/mês de referência disponível no site da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Os preços de referência em relação aos salários dos postos contratados pela prestadora de serviço serão obtidos da respectiva convenção coletiva de trabalho do respectivo ano de referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será realizada em grupo único, formado por dois itens.

O parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria desconhecimentos perigosos à eficácia dos serviços de manutenção, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”. Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da manutenção dos sistemas, fica impraticável o parcelamento da contratação.

Ainda nesse ínterim, buscando soluções que visem a ampliação da concorrência e economicidade do contrato, sem que haja perda da eficiência e unicidade do objeto, a solução alternativa postulada é a subcontratação de parte do objeto, conforme Art. 72 da Lei nº 8.666/1993, quando da realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica (parcelamento material). Assim, o fornecimento de peças e a execução de serviços eventuais e especializados poderão ser objeto de subcontratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes necessárias para providenciar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A prestação de serviços de Manutenção Predial estrategicamente é de fundamental importância pois tudo tem que estar funcionando estruturalmente para servir a atividade fim deste órgão para o qual a sociedade tem a esperança de ser o melhor deste país.

Os serviços de prevenção e manutenção serão executados com o intuito de manter a conservação de todos os equipamentos e estruturas dos prédios com a intenção de evitar acidentes e falhas de comunicações convergindo assim para que nossa atividade fim tenha toda a segurança de efetuar os procedimentos necessários dentro da edificação e ter um ambiente de trabalho além de conservado muito bem estruturado.

A contratação pretendida consta no Plano Anual de Contratações (PAC) relativo ao ano de 2021.

A pretendida contratação também vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 1735/2010-DG/DPF

12. Resultados Pretendidos

Com a contratação, busca-se atingir os seguintes resultados: Em relação à eficácia, atendimento de todas as demandas relacionadas à manutenção predial da SR/PF/PA e das suas unidades descentralizadas; Quanto à eficiência, assegurar uma contratação que garanta o atendimento das necessidades do órgão com o menor custo possível; Como já foi explicitado neste estudo, o resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o conforto ambiental e a qualidade do funcionamento dos sistemas necessários ao bom andamento dos serviços prestados pela Polícia Federal, por meio da garantia da qualidade laboral dos servidores nas atividades finalísticas, contribuindo, assim, para um melhor aproveitamento dos recursos humanos do órgão, através da correta manutenção dos sistemas, instalações e equipamentos.

13. Providências a serem Adotadas

Como sugestão, fica registrado que é importante a reciclagem do conhecimento dos servidores que serão indicados para atuarem como fiscais do contrato, pois os normativos que regem a fiscalização de contratos rotineiramente passam por alterações, sendo de fundamental importância que todos esses servidores estejam atualizados quanto à legislação pertinente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os materiais, peças e equipamentos empregados deverão atentar para a redução de impacto ambiental;

Deverão ser utilizados, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis.

Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto.

Utilizar obrigatoriamente agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.

Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

A Administração reserva-se o direito de exigir tal comprovação que poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

Respeitar as Normas Brasileiras – NBR's publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação, tendo em vista a necessidade primordial de manutenção permanente dos imóveis sob responsabilidade da SR/PF/A

16. Responsáveis

LUIZ LOPES JUNIOR

Chefe do GTED/SR/PF/AP